

## **A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE BAIANA EM ESFERAS PÚBLICAS DE DECISÃO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO PARA CIDADANIA.**

Autoras<sup>1</sup>: Soraia dos Santos Brito

Carla Galvão Pereira

A Cidadania e a participação política são elementos indissociados da democracia, a partir do entendimento que o processo democrático vai além da simples escolha dos governantes. Assim posto, a participação é um indicador necessário para identificar o grau de democratização numa determinada sociedade.

Segundo Sartori (1994) para uma democracia participativa não é suficiente opinião, é necessário conhecimento, que implica apreensão e controle mental sobre a informação, ou seja, é a transformação da informação em conhecimento adequado, em compreensão dos problemas e suas interdependências complexas. Isso exige do cidadão um salto qualitativo, ao passar de uma democracia eleitoral para uma participativa. O autor vai apontar diversos obstáculos para uma democracia participativa, dentre os quais menciona como o cidadão vai adquirir o conhecimento necessário para uma participação de qualidade, se a prática por si só engendraria esse conhecimento?

Também nesse sentido – de pensar na qualidade da participação na democracia - Habermas (1997) fundamenta sua teoria destacando a essencialidade da esfera pública como local de discussão de interesse geral, da necessidade da participação do indivíduo nessa esfera, indivíduo-cidadão esse que deve ser dotado de uma capacidade/qualidade deliberativa, e assim efetivar a tomada de decisão.

Habermas (2004) define três modelos normativos de democracia: liberal, republicano e deliberativa. A concepção liberal entende que o processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado, como mecanismo de congregar e impor interesses sociais em particular mediante um aparato estatal já especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos. O processo democrático deve estabelecer a mediação

---

<sup>1</sup> Mestres em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia em 06/2007

entre o Estado, como aparato de administração pública, e a sociedade, como sistema estrutura em torno da economia de mercado.

Na concepção Republicana a política não se confunde com a função de mediação. Concebe-se a política como forma de reflexão sobre um contexto de vida ético, constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Tem no processo de formação da vontade e da opinião, em que se produza uma auto-compreensão dos atores sociais e políticos, fundamentado na solidariedade social. Essa concepção tem como sustentáculo, confere-lhes significado estratégico a opinião pública de caráter político e a sociedade civil, que devem atribuir “força integrativa e autonomia à práxis de entendimento mútuo entre os cidadãos do Estado” (HABERMAS, 2004, p. 78).

O cidadão na concepção liberal é determinado através dos direitos individuais de que ele dispõe em face do Estado e demais cidadãos. Os direitos políticos permitem que o cidadão agregue interesses particulares, validando-os para serem transformados em uma vontade política que exerça influência sobre a administração pública, assim os cidadãos podem controlar se o poder estatal está voltado para os interesses dos cidadãos.

Na concepção republicana, segundo Habermas os direitos de cidadania, de participação e comunicação política garantem a participação em uma práxis comum, meio pelo qual os cidadãos se tornam sujeitos politicamente responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais. O poder estatal emerge do poder engendrado comunicativamente em meio à práxis de autodeterminação dos cidadãos do Estado.

Na concepção liberal a política é a disputa pelas posições no poder administrativo. Os agentes coletivos concorrem de maneira estratégica para conquistar e manter posições de poder, e assim determina o processo de formação da vontade e da opinião. O cidadão exerce apenas o papel de expressar suas preferências entre os agentes em disputa, legitimando-as através do voto. Enquanto que na concepção republicana a formação da vontade e da opinião está orientada para uma comunicação pública orientada para o entendimento mútuo, centrada na interlucção.

Nesse sentido Habermas (2004), considera que a visão republicana apresenta como vantagem o fato dela se firmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo, por via comunicativa e não remeter os fins coletivos tão somente a uma negociação entre interesses particulares

opostos. Porém a desvantagem é ser muito idealista, tornando o processo dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum, em conduzir os discursos políticos numa linha estritamente ética, pois para Habermas a política não se constitui apenas de questões relativas ao acordo mútuo de caráter ético.

Além da crítica ao modelo republicano, Habermas critica as concepções de democracia que abrangem apenas o caráter normativo do sistema político, considerando uma análise minimalista e propõe como modelo a democracia deliberativa. Entende que o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático, e não somente “as regras do jogo”. A chave da concepção procedimentalista está no fato de que o processo democrático institucionaliza discursos e negociações com o auxílio de formas de comunicação, as quais devem fundamentar a suposição da racionalidade para todos os resultados obtidos conforme o processo.

Para o autor, a mudança política de valores é um processo de construção da opinião e da vontade, não é algo dado autônomo. A formação racional da vontade é um aspecto procedimental, que faz modificações de preferências em discussões públicas. Nisso se baseia o processo democrático. Busca-se o equilíbrio entre interesses divergentes, o estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racional e voltada a um fim específico e por meio de uma fundamentação moral. (Habermas, 2004). O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro da esfera pública. A esfera pública política é uma estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida<sup>2</sup> através da sociedade civil.

Segundo Filho (2003), Habermas considerava que a soberania popular é exercida e nasce na esfera pública através de discussões, troca de idéias, do dissenso, fundadas na universalidade dos direitos políticos fundamentais, direitos de comunicação e participação que garantem a autonomia pública de cidadãos politicamente titulados.

Assim, como já exposto Habermas contribui para a compreensão dos espaços públicos não estatais como arenas de negociação entre as instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções de governo e a representação de conflitos,

---

<sup>2</sup> Lugar transcendental do indivíduo, do qual não pode evadir-se, responsável pela reprodução da cultura, integração social e socialização dos membros de uma da comunidade.

como intermediações entre o Estado e a sociedade. Esses espaços públicos requerem simultaneamente os mecanismos de representação e participação.

A problemática que gira em torno da questão da deliberação refere-se à capacidade e qualidade deliberativa daqueles que participam. Com efeito, a questão da cidadania se torna um dos elementos centrais de análise das sociedades contemporâneas, pois as problemáticas erigidas da economia globalizada, a exemplo da questão do Estado-Nação, da exclusão social (local e global), alteridade e crescimento da pobreza, exigem sujeitos sociais ativos e não mais coadjuvantes, consigam dialogar dentro da diversidade e da complexidade social, se reconhecendo enquanto agentes de transformação da realidade, sendo regulador do Estado, assumindo responsabilidades no processo democrático. Portanto, formar cidadãos perpassa a construção da identidade do indivíduo, culminando na formação do sujeito político.

Aqui serão apresentadas algumas reflexões em torno do projeto de formação para a cidadania da MOC – Movimento de Organização Comunitária, ONG<sup>3</sup> localizada em Feira de Santana, região do semi-árido baiano. As reflexões aqui apresentadas foram alicerçadas nos dados obtidos na pesquisa realizada para a dissertação<sup>4</sup> intitulada: Cidadania, participação e juventude: uma análise dos projetos de formação cidadã de ONGs da Bahia, que objetivou identificar e analisar as formas de participação engendradas em projetos de educação para a cidadania, direcionados à juventude, desenvolvidos por ONGs na Bahia. Além do MOC o estudo analisou projetos CRIA – Centro de Referência Integral para Adolescentes. Contudo, devido modesto espaço aqui reservado, centraremos as reflexões na experiência do MOC.

Com o fim da ditadura militar em 1985 e com a promulgação da Constituição de 1988 o chamamento à cidadania e à participação tornou-se recorrente nos discursos de diversos setores da sociedade. Nos anos 90, o slogan *Educar para Cidadania* aparece de forma indiscriminada em diversos programas de formação de jovens e adolescentes, tanto em projetos de organizações da sociedade civil como do Estado. Contudo, cidadania e participação são termos polissêmicos, com diversas perspectivas, impregnados de

---

<sup>3</sup> Organizações Não Governamentais

<sup>4</sup> Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, área de concentração Ciência Política, Orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Victória Espiñeira González como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais em junho de 2007.

conteúdos ideológicos, tendo sua morfologia moldada de acordo com uma determinada conjuntura histórica, configurando-se, assim, em um fenômeno complexo. As ONGs se destacam nesse cenário, assumindo, fortemente a proposta a formação para a cidadania e para a participação da sociedade e a atuação direta na formulação de políticas públicas, tendo como um dos públicos prioritário a juventude.

Assim posto, tornou-se pertinente verificar para qual sentido se direcionam: para a o fortalecimento da sociedade civil, tornando-a mais participativa, interagindo, interferindo e influenciando nas esferas de decisão e na construção do processo democrático? Ou apenas fomenta ações pontuais, episódicas e de ressonância limitada? Nesses projetos há o desenvolvimento da capacidade deliberativa desses jovens? Com qual qualidade?

O MOC se constitui sob a égide do período militar, a partir do movimento da Teologia da Libertação, em 1967. Institucionaliza-se, emancipando-se em 1970 e define como missão contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano, com desenvolvimento de ações estratégicas nas áreas de educação do campo, fortalecimento da agricultura familiar, trabalhando com seguimentos sociais diversos. Esta região, composta de 35 municípios, é marcada por dificuldades econômicas, condições de trabalho precário, a seca, a questão da terra, da pobreza, dentre outras, e pela permanência de práticas clientelistas.

O MOC não tinha experiência com projetos que trabalhassem especificamente com os jovens e com suas questões. A juventude estava inserida de maneira transversal nos diversos programas da organização. Evidencia-se assim que o MOC compartilhava a idéia de que as demandas da juventude estariam sendo contempladas no acesso às políticas mais universais como saúde, educação no campo, formação técnica, sendo desnecessário qualquer recorte que os privilegiasse como destinatários específicos de ações públicas ou governamentais.(SPOSITO, 2000).

Em 2002, a partir de um convite do Instituto Credicard, através do PJE -Projeto Jovens Escolhas em Rede com o Futuro, o MOC começa a trabalhar com foco especificamente na juventude. Para tanto foram realizadas muitas discussões, tanto internamente quanto com as entidades de base e os próprios jovens dos municípios do semi árido baiano, a fim de definir quais seria a metodologia e os temas abordados. A partir daí o MOC se insere nessa nova realidade, tendo como temática central a questão da comunicação, voltada para a área

de rádio-jornalismo, a partir das demandas dos próprios jovens. Nessa primeira experiência foram capacitados de 28 jovens, tendo como referencial pedagógico Paulo Freire, alicerçado na metodologia da ação-reflexão-ação. O projeto para o MOC constitui um processo singular de reflexão metodológica acerca da juventude no contexto do semi-árido baiano e de multiplicação de estratégias de organização de grupos, formação de redes jovens, de juventude.

O MOC dá continuidade ao trabalho com juventude através do projeto Juventude e Participação Social (2004), envolvendo 22 municípios 18, com jovens na faixa etária entre 16 a 29 anos, da zona rural, objetivando o empoderamento político dos jovens para a convivência com o semi-árido, visando, sobretudo à geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento da agricultura familiar (Sobrinho, 2005). Entende que os projetos devem ter duas dimensões: o projeto em si e seus impactos, mas que, embora beneficiem diretamente as pessoas que os integram, estes não podem ser encarados como um fim em si mesmo; e a segunda dimensão é a de transformação e projeção com vista a subsidiar a construção de políticas públicas. “Eles devem servir de mediação para que as pessoas nele envolvidas aprendam a empreender, propor, negociar, reivindicar, pressionar o governo com a perspectiva de construção e formulação de referenciais de políticas públicas” (Relatório MOC – Instituto Credicard, p. 5).

O MOC reconhece assim, o potencial jovem na região e a essencialidade do processo comunicativo como esferas profícuas para a mobilização social.

Organização.

Para analisar as formas de participação engendradas pelo MOC através desses projetos, definimos três concepções de participação, a fim de orientar a análise, a fim de compreender que conteúdos ideológicos e que ações são associadas a ela, visando identificar para que sentido se direcionam: para a o fortalecimento da sociedade civil, tornando-a mais participativa, interagindo, interferindo e influenciando nas esferas de decisão e na construção do processo democrático? Ou apenas fomenta ações pontuais, episódicas e de ressonância limitada? Tendo em vista responder a tais questões, realizamos um percurso teórico a fim de delimitar a categoria participação.

A participação já foi vista como antagônica à representação (democracia participativa x democracia representativa). Entretanto, nas discussões contemporâneas

sobre a democracia, um dos principais eixos são as formas de participação no exercício e no controle do governo. A participação não é mais vista como reverso da representação ou meio privilegiado de pressão popular, mas sim “como expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários.” (NOGUEIRA, 2005, p. 121). Hoje, a democracia representativa e a democracia direta são sistemas que podem interagir reciprocamente.

O projeto democrático assenta-se na criação de condições (institucionais, políticas e associativas) para que os cidadãos organizados controlem seus governos e participem deles, sendo assim, os cidadãos ativos são elementos fundamentais da democracia, e por isso é necessário que os mesmos sejam “criados” e “organizados” pela educação, pelo debate público, pela multiplicação de espaços institucionais de discussão e deliberação (Nogueira, 2005).

Na literatura das ciências sociais há uma infinidade de definições, que não discutirei nesse momento. Tomarei como referência a discussão realizada por dois autores Teixeira, E. (2001) e Nogueira (2005).

O termo participação é utilizado em diversos contextos, associado a ações distintas, com vários sentidos, com atribuição de múltiplos adjetivos. Como afirma Teixeira, E. “são formas diferenciadas de expressões e ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito a depender dos seus objetivos e contextos” (2001, p. 26). Entretanto, o autor destaca a importância do elemento político nesse processo, até mesmo se a ação visa negar o Estado na busca de auto-afirmação coletiva, ou autogoverno e na construção de uma identidade como ator político. (TEIXEIRA, E. 2001).

Nogueira (2005) atenta para o fato do processo de democratização e de complexificação das sociedades modernas gerarem diversos fatores que propiciam e requerem a participação como: a ampliação dos direitos, a fragmentação e diversificação dos interesses, a crise da democracia representativa. Entretanto, diante de tais fatores, se efetivam múltiplas formas de participação, que não é necessariamente imbuída de elementos políticos.

Teixeira, E. (2001) faz a distinção entre a participação orientada para decisão, caracterizada pela intervenção organizada, não episódica, de atores da sociedade civil no

processo decisório, sendo apontada como fundamental e definidora, e a participação orientada para a expressão, de caráter mais simbólico, caracterizada por marcar presença na cena política, ainda que possa ter impacto ou influência no processo decisório.

Próximo à elaboração de Teixeira, E., Nogueira (2005) elege como distinção essencial dos diferentes tipos de participação o caráter 'comunicativo', quando, em determinada ação, os atores privilegiam apenas a expressão de seus valores e interesses, que geralmente têm um caráter mais agressivo, e tendem a concentrar-se em curto prazo; ou quando se expressam em uma lógica estratégica visando a modificação dos termos das relações de autoridade e de dominação, tendo maior durabilidade e um ritmo mais pausado e calculado.

Nogueira (2005), por sua vez, estabelece a seguinte classificação: **participação assistencialista**, de naturezas filantrópicas ou solidárias, caracterizadas por práticas de auxílio mútuo e de mutirão, para diminuir infortúnio, otimizar recursos comunitários, neutralizar conflitos etc., forma encontrada em qualquer época; a **participação corporativa**, aquela dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou categorias profissionais, é uma participação 'fechada em si', tendo como objetivo um propósito particular. Essas duas formas de participação integram uma 'dimensão pré-política' da sociedade moderna, caracterizada centralmente pela auto-afirmação, do que a proposição de um diálogo com os outros.

A terceira participação é a eleitoral, esta interfere diretamente na governabilidade, configura um processo de amadurecimento político, entretanto não leva necessariamente à reorganização sustentada do Estado ou do poder político e é direcionada por ações e escolhas individuais, particulares, episódicas, sem estratégias e cálculo em longo prazo, considerando o voto como uma limitação inerente ao processo democrático (NOGUEIRA, 2005).

E por fim a participação cidadã. Nogueira (2005) faz uma distinção entre participação política e a participação cidadã. Essa distinção parte da compreensão que com as objetivações da sociedade capitalistas a participação tende a vincular-se mais ao campo dos interesses particulares e resolução de problemas e demandas específicas, do que com o campo ético político. Esse processo faz com que a participação deixe de ser pensada como recurso para a recriação do social, a fundação de novos Estados ou de instituições, de formas

mais democráticas e civilizadas de convivência e “passe a ser pensada como um meio para a inversão de prioridades governamentais e a transferência de custos gerenciais” (p.140).

Para Nogueira a participação cidadã se manifesta em formas variadas de ação, se direciona tanto para o Estado, como para o mercado e para a própria sociedade civil. Comporta dois elementos distintos da dinâmica política: expressa a intenção dos diversos atores em interferir no processo político-social, com vista a fazer valer seus valores e interesses particulares; do outro, expressa o elemento cidadania, no sentido cívico, focando as dimensões de universalidade, generalidade responsabilidades e deveres, igualdade de direito. participação política é entendida como uma prática ético-política que focaliza a questão do poder e da dominação, como também a questão do consenso e da hegemonia, da força e do consentimento, tanto do governo quanto da convivência. Entretanto, nem toda ação coletiva está voltada para o questionamento do poder, das relações de dominação e de hegemonia. Partindo dessa compreensão define participação cidadã como aquela que:

[...] se dedica a compartilhar decisões governamentais, a garantir direitos, a interferir na elaboração orçamentária ou a fornecer sustentabilidade para certas diretrizes, concentra-se muito mais na obtenção de vantagens e de resultados do que na modificação de correlações de forças ou de padrões estruturais. (NOGUEIRA, 2005, p.142)

A participação cidadã tem centralidade nessa análise, entendida como aquela na qual:

...os atores redefinem seus papéis no fortalecimento da sociedade civil, através da atuação organizada dos indivíduos, grupos, associações, tendo em vista, de um lado, a assunção de deveres e responsabilidades políticas e, do outro lado, a criação e exercício de direitos, no controle social do Estado e do mercado em função de parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos (TEIXEIRA, E. 1997, p. 191).

Para a realização dessa forma de participação são necessárias algumas condições fundamentais, estruturais e de cultura política, as quais podem facilitar ou dificultar sua realização, tais como: sistema político, canais institucionais, autonomia da sociedade política e da sociedade civil. O regime democrático fornece, teoricamente, essas condições. A participação cidadã utiliza os canais institucionais e contribui para o fortalecimento da

sociedade civil, exercendo esta um importante papel na democratização do Estado e das instituições. (TEIXEIRA, E., 1997).

O MOC tem uma concepção de formação e atuação vinculada às formas mais institucionalizadas, conservando, ainda, uma influência das formas tradicionais de atuação. O MOC, ao longo da sua história, desenvolveu e continua desenvolvendo trabalho de assessoria e militância junto a movimentos tradicionais (partidos, sindicatos e movimento agrário), voltado para a mobilização de base sindical, ocupação de espaços decisórios de forma objetiva, organização racional, tratando diretamente as questões da juventude, priorizando temáticas como: agricultura familiar, geração emprego e renda, crédito fundiário, como exemplo. Aqui essa estratégia de atuação será denominada de *hard*, fazendo contraponto a estratégia de sensibilização, por meio do viés da subjetividade, promovida através das artes, trazendo o aspecto cultural como central para o desenvolvimento de uma participação ativa, utilizada por outras organizações.

O MOC frisa a importância das artes (do *hip hop*, teatro) como meio de atuação política, entretanto, busca deixar claro que a capacitação e formação do MOC é focada para o desenvolvimento da atuação da juventude nos espaços formais institucionalizados, usando com linguagem a discussão direta. A tônica *hard* marca o perfil dos jovens participantes dos projetos, como também, suas ações. Ou seja, elas são focadas prioritariamente na atuação nos espaços públicos institucionais, formais, através de discussões das demandas da juventude.

É possível inferir que isso se dá tanto pela história da própria organização, como também pelo contexto rural ou urbano. No meio rural, a atuação dos STRs<sup>5</sup> (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) tem grande centralidade. É através dos sindicatos que os pequenos agricultores se articulam, se mobilizam, captam recursos, têm acesso ao crédito. Portanto, o sindicato é a entidade que legitimamente representa os trabalhadores rurais. São entidades de tendências tradicionais, com centralismo de poder e manutenção de práticas tradicionais.

Houve muita resistência dessas entidades para reconhecerem a juventude como sujeito com voz e ação, pois estes representavam uma *ameaça* às lideranças até então vigentes. O meio encontrado pelos jovens de dar voz à suas propostas e demandas foi ocupando esses espaços, se filiando e ocupando diretorias. Em alguns STR foram criadas

---

<sup>5</sup> Sindicato dos Trabalhadores Rurais

secretarias de juventude, tendo um jovem à frente da representação. Com vista nesse objetivo, os jovens passaram a participar oficialmente das associações comunitárias, como, também, buscaram a institucionalização de entidades de representação da juventude para se auto-representarem nos espaços políticos de discussão (os Coletivos Regionais da Juventude). Ou seja, para o jovem rural a participação institucionalizada e reconhecida nos canais legais e legítimos é essencial, pois é uma questão de *sobrevivência política* da própria juventude, daí a tônica *hard* no discurso dos jovens do MOC. Podemos afirmar que o MOC se distancia da concepção de Melucci (2001) acerca dos movimentos sociais contemporâneos, entendendo que estes se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais, sendo precisamente estas características os diferenciam mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais.

Para o MOC o grande resultado, para região, do trabalho com a juventude é o funcionamento dos Coletivos Municipais de Jovens e os Coletivos Regional da Juventude e Participação Social, entidades com identidade política própria, que atua em 22 municípios das regiões: do sisal e Vale do Jacuípe, semi-árido baiano, apoiados pelo MOC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais,(STR's), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/ CUT), Unicef e Pólos Sindicais. O Coletivo Municipal de Jovens foi criado em abril de 2004, constituindo-se como uma iniciativa voltada para organização e identidade política da juventude rural no município de Candéal. Inicialmente 15 jovens de comunidades rurais participaram de seminários para discutir a realidade da juventude e, posteriormente, formaram o Coletivo, estabelecendo uma coordenação municipal e uma agenda de trabalho local. Integram os Coletivos de Jovens com ensino médio e fundamental incompletos, filhos/as de agricultores/as familiares e trabalhadores/as rurais sem terra.

Também destaca a AMACC – Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, localizada em Retirolândia, como um dos principais exemplos de autonomia dos jovens. A AMACC é fruto do primeiro projeto com juventude do MOC (o PJC). Os jovens deram continuidade ao projeto, captaram recursos próprios e institucionalizaram-se em 2006. O MOC (com assessoria para projetos) é um, entre os vários outros parceiros, da AMACC. Tem uma rádio comunitária móvel, que transmite, ao vivo, encontros e eventos de movimentos sociais, fazem jornais para distribuição e gravam CDs. Como também articula uma rede de informação também com os Coletivos de Jovens.

Evidencia-se assim *um certo* grau de autonomia da juventude, entendida como um processo de emancipação. Segundo Melucci (2001), as sociedades complexas, de alta densidade de informação, requerem uma crescente autonomia dos elementos que as compõem: indivíduos e grupos devem funcionar como terminais confiáveis e capazes de auto regulação, e por isso, estimulados a desenvolver habilidades formais de aprendizagem e de ação.

Entretanto, esses grupos requerem muito ainda a assessoria do MOC e ainda referem-se ao MOC um *pai*. Tal resposta, ao mesmo tempo em que reflete a contribuição efetiva que o MOC teve na formação desses jovens, remete também a uma idéia paternalista, o MOC sendo o grande protetor, evidenciando uma relação de tutela. Os grupos de jovens recorrem, previamente, ao MOC para discutir, antes de uma tomada de decisão (elaboração de projetos, ações, parcerias etc.). Assim, evidencia-se a necessidade de criar mecanismo para emancipação e a autonomia, que já se evidencia por um lado, mas ainda é insuficiente para a auto regulação sugerida por Melucci.

De acordo com a análise das entrevistas e material impresso, ficou evidente que os projetos do MOC direcionados para a juventude fomentam práticas e ações de cidadania ativa, sendo possível afirmar que a participação ativa é o viés central da formação para cidadania da organização. Trabalham na perspectiva de desenvolver a capacidade de interferir, introduzir mudanças na vida política que provoque a melhoria das condições de vida local. Trabalha no sentido de criar uma identidade política coletiva da juventude, entendendo-a como sujeito social e político portador de demandas concretas e específicas, e que, para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam a estas demandas, é necessário que o próprio jovem esteja participando da construção desse processo. Para isso é necessário o desenvolvimento de habilidades e capacidade organizativa, de negociação com vista a modificar comportamentos individuais e coletivos.

Essa participação ativa engendrada pelo MOC está voltada para o que Nogueira (2005) define como a participação gerencial, que contribui significativamente para potenciar a democracia, pois ela se realiza nos espaços decisórios, pressionando em favor da ‘deselitização’, do alargamento e inclusividade nesses espaços. Esse tipo de participação está voltado para o gerenciamento de recursos com vista a solucionar determinados problemas, administrar bens públicos ou para viabilizar e legitimar a reprodução política e

eleitoral de governos ou partidos. Ela necessariamente não produz efeitos no campo ético-político. Entretanto é válido ressaltar que nos dados analisados não se evidencia um questionamento do sistema vigente, nem um caráter antagonista da participação juvenil. A cidadania e a participação estão direcionadas para a questão da ampliação do acesso a bens e serviços e a inclusão dos jovens ao sistema.

Nesse sentido podemos destacar a maneira pela qual o MOC trabalha a questão da falta de auto-estima, um dos grandes problemas enfrentados pelos jovens da região. Os jovens rurais são estigmatizados como *matutos, da roça*, não têm perspectiva de renda e emprego, há a desvalorização do trabalho rural, falta de terra e de crédito. De um modo geral, o ensino na zona rural vai até o nível fundamental, sendo necessário se deslocar para o centro da cidade para dar continuidade aos estudos de nível médio, e, muitas vezes, a prefeitura não dá condições (transporte escolar) para tanto. A possibilidade de cursar o nível superior é ainda mais “distante”, tanto pela distância propriamente dita, como também pela defasagem da formação desses jovens. Também não tem opção de lazer, acesso às artes, esportes. Sair do município (para São Paulo, Salvador, para o Sul do Brasil), também se torna a grande possibilidade de ter uma vida melhor, digna, tanto para o jovem como para sua família, o que muitas vezes não se realiza. Ao sair da sua região, geralmente, os jovens deparam-se com uma realidade distinta, tão dura, quiçá, pior que o da roça. Chegam numa região nova, sem vínculos próximos e não encontram aquilo que buscavam: emprego e vida digna. O jovem participante dos projetos do MOC é levado a compreender que sua permanência e a sua atuação na sua região de origem é fundamental para a efetivação de projetos que impulsionem o desenvolvimento sustentável, o acesso ao crédito rural, meios pelos quais, ele e outros jovens poderão manter-se no meio rural, com qualidade de vida, com a possibilidade da criação de espaços de lazer, artes, emprego e renda.

Podemos concluir que o MOC fundamenta a educação para a cidadania na idéia de co-gestão dos negócios públicos, direcionada para que o indivíduo participe ativamente do processo político, busque conhecer e intervir nas esferas de decisão, tanto ocupando os espaços institucionalizados, como também, criando novas arenas de discussão. Valoriza a dimensão política da juventude, estes sendo considerados como atores políticos com identidades e demandas específicas. Inclui os jovens no processo de participação cidadã, entendendo-os como sujeitos constituídos por dimensões sócio-cognitivos-afetivos com

potencialidades e capacidades para intervir e transformar, de forma eficaz, tanto sua dimensão individual como sua dimensão social e política, atuando de forma crítica, construindo sua autonomia como sujeito político. Os projetos desenvolvem capacidades e potenciais que fomentam os princípios de cooperação social, solidariedade e participação política.

Assim, se Santos, W. (2006) tem razão que a participação é resultado de um cálculo de custo e benefício, os jovens, das experiências aqui estudadas, parecem ver na participação muito mais benefícios que custos. Apesar da persistência de práticas e comportamento político conservador, não se pode negar que tais experiências contribuem para o fortalecimento da sociedade civil, a criação de uma identidade coletiva, solidariedade e para a democratização da política. A participação é considerada assim, um “recurso estratégico do desenvolvimento sustentável e da formulação de políticas públicas, particularmente na área social” (NOGUEIRA, 2005, p. 118). A participação é trabalhada no sentido do controle, consulta, negociação, co-produção, co-gestão, decisão, diálogo e colaboração junto às esferas públicas de decisão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Rubem B. Sentimento de Democracia. Lua Nova – Revista de Cultura Política. Nº 59, p. 5-49, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política. São Paulo: Ed. Loyalo, 2004

HABERMAS, J. *Direito e Democracia*. vol. II, caps. VII e VIII, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Wanderley. **O Horizonte do desejo – privação, inércia e fracasso**. In.: SANTOS, Wanderley. **Horizonte do desejo – instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SARTORI, Giovanni. A teoria de Democracia Revisitada. São Paulo:Ática, 1994. vI I

SOPOSITO, Marília. Algumas **hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. **As Dimensões da Participação Cidadã**. In.: Cardeno CRH. Salvador: Centro de Recursos Humanos/ UFBA, 1997. n. 26/27, p. 179-209  
127

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001